

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 16 | Número 1 | Janeiro – Junho 2022
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

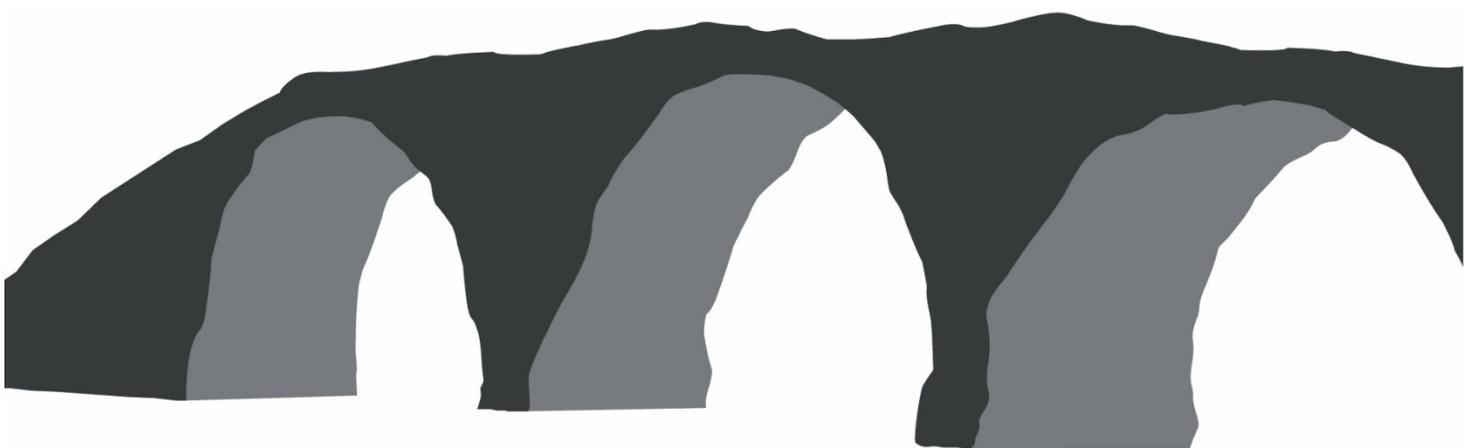
**FOGUEIRAS AFRO-DIASPÓRICAS NO SUDESTE E CENTRO-OESTE DO
BRASIL: COTIDIANO, ANCESTRALIDADE E RITUAL**

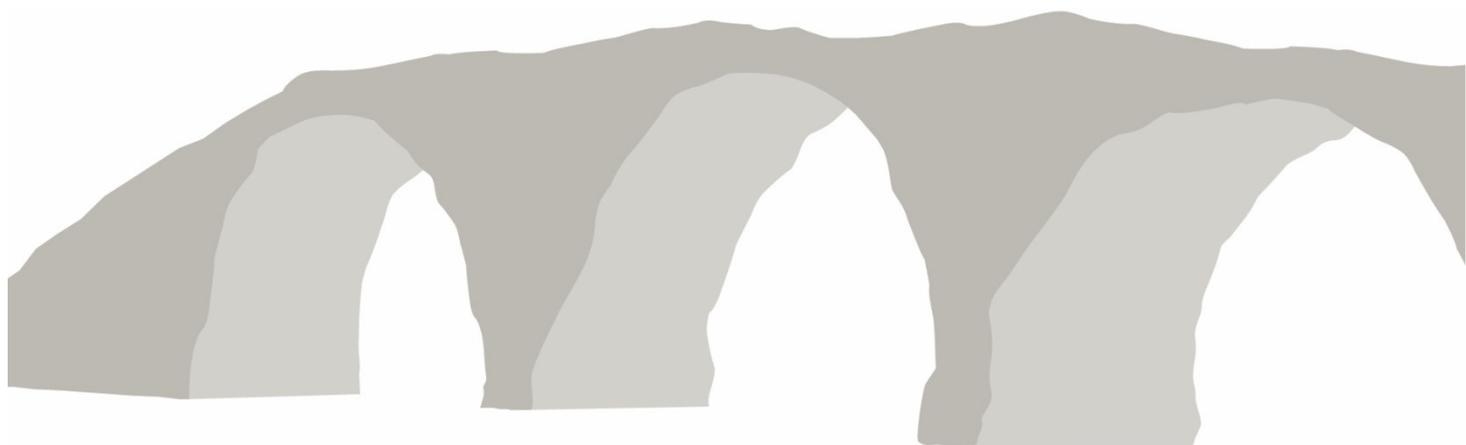
**HOGUERAS AFRO-DIASPÓRICAS EN EL SURESTE Y CENTRO OESTE DE
BRASIL: COTIDIANO, ANCESTRALIDAD Y RITUAL**

**AFRO-DIASPORIC BONFIRES IN SOUTHEASTERN AND WESTERN BRAZIL:
DAILY PRACTICES, ANCESTRALITY, AND RITUAL**

Lara Espechit Gomes

Luís Symanski





Submetido em 21/06/2021.

Aceito em: 19/10/2021.

Publicado em 13/01/2022.

**FOGUEIRAS AFRO-DIASPÓRICAS NO SUDESTE E CENTRO-OESTE DO
BRASIL: COTIDIANO, ANCESTRALIDADE E RITUAL**

**HOGUERAS AFRO-DIASPÓRICAS EN EL SURESTE Y CENTRO OESTE DE
BRASIL: COTIDIANO, ANCESTRALIDAD Y RITUAL**

**AFRO-DIASPORIC BONFIRES IN SOUTHEASTERN AND WESTERN BRAZIL:
DAILY PRACTICES, ANCESTRALITY, AND RITUAL**

Lara Espechit Gomes¹

Luís Symanski²

RESUMO

Neste trabalho são analisadas estruturas de fogueira de cinco contextos relativos a populações afro-diaspóricas do século XIX do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, bem como os artefatos e ecofatos a elas associados. As interpretações propostas são embasadas em um levantamento bibliográfico sobre práticas e simbologias relativas ao fogo em sociedades africanas e em contextos afro-americanos. É destacado o papel central das fogueiras nas práticas cotidianas desses grupos; sua importância tanto como fomentadoras de memórias que remeteriam a um passado africano quanto na formação de novas identidades fundadas na experiência afro-diaspórica; e seu papel na resistência às condições de opressão às quais essas pessoas estavam submetidas.

Palavras-chave: contextos de fogueira, diáspora africana, senzalas, século XIX.

¹ Bacharel em Antropologia com habilitação em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: laraespechit@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3515-630X>.

² Doutor em Antropologia/Arqueologia pela University of Florida e mestre em história com concentração em arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor associado do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG. Email: luis.symanski@pq.cnpq.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2652-2697>.

RESUMEN

En este trabajo se analizan estructuras de hoguera de cinco contextos relacionados con las poblaciones de afro-diáspora del siglo XIX en el sureste y medio oeste de Brasil, así como los artefactos y ecofactos asociados con ellos. Las interpretaciones propuestas se basan en un estudio bibliográfico sobre prácticas y simbologías relacionadas con el fuego en sociedades africanas y en contextos afroamericanos. Se destaca el papel central de las hogueras en las prácticas cotidianas de estos grupos; su importancia tanto como promotoras de memorias que remitirían a un pasado africano como en la formación de nuevas identidades basadas en la experiencia afro-diaspórica; y su papel en la resistencia a las condiciones de opresión a las que estas personas estaban sometidas.

Palabras clave: contextos de hoguera, diáspora africana, viviendas de esclavos, siglo XIX.

ABSTRACT

The article analyzes bonfire features and the artifacts and ecofacts contextually associated with them from five sites occupied by African-diasporic groups in Southeastern and Western Brazil. The interpretations proposed are based on a bibliographical survey on practices and symbologies linked to the fire in African societies and in African-diasporic contexts. It emphasizes the central role of bonfires in the daily practices of these groups; their importance both for the maintenance of memories related to an African past and for the formation of new identities based on African-diasporic experiences; and their role in the resistance to the conditions of oppression to which these peoples were subjected.

Keywords: bonfire features, African diaspora, slave quarters, 19th century.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de caracterizar estruturas de fogueira arqueológicas oitocentistas evidenciadas em cinco contextos referentes a populações afro-diaspóricas do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, visando discutir o papel desempenhado por essas estruturas nas práticas sociais, econômicas e rituais ou simbólicas dessas populações. Para tanto, foram consultadas fontes arqueológicas, históricas, etnográficas, iconográficas e etno-históricas relativas aos usos e significados atribuídos ao fogo por sociedades da África Central e Ocidental, bem como em contextos afro-diaspóricos das Américas. Buscou-se, deste modo, evidências tanto de possíveis continuidades quanto de eventuais abandonos ou transformações dessas relações nos contextos arqueológicos analisados.

As estruturas de fogueira analisadas são relativas aos seguintes contextos: as senzalas da Fazenda do Colégio, em Campos dos Goytacazes (RJ); da Fazenda Santa Clara, em Santa Rita da Jacutinga (MG); do Engenho de São Joaquim, em Pirenópolis (GO) (Souza, 2011, 2012, 2013, 2016); a Tapera do Pingador, que consiste em um provável quilombo ou assentamento de libertos na Chapada dos Guimarães (MT) (Symanski & Souza, 2006); e o centro histórico da cidade do Rio de Janeiro (Barbosa & Bulcão, 2016; Gaspar, 2016a). Tratam-se de quatro sítios rurais e um contexto urbano. O material das fogueiras da Fazenda do Colégio e da Santa Clara foi diretamente trabalhado pelos autores deste artigo, enquanto os demais casos foram abordados por meio de publicações e relatórios. As práticas vinculadas a esses contextos foram discutidas com base na análise dos artefatos e ecofatos neles presentes e a partir do método da análise distribucional. Esses contextos apresentam um enorme potencial interpretativo devido, sobretudo, ao caráter primário – descartado em seu contexto original de uso (Schiffer, 1972) – do refugio referente às práticas realizadas no entorno dessas estruturas.

A análise levou em conta o contexto imediato de cada uma das estruturas abordadas; o contexto histórico dos sítios em questão; e o contexto cultural mais amplo, relativo à herança cultural africana dessas populações. Buscou-se, assim, uma melhor compreensão das práticas associadas às estruturas de fogueiras nos contextos analisados, em suas similaridades e diferenças.

FOGUEIRAS E COSMOLOGIAS NO MUNDO ATLÂNTICO

No livro "Na senzala, uma flor", Slenes (2011 [1999]) discute como o fogo doméstico das famílias escravizadas do Sudeste era imbuído de simbolismos vinculados à herança cultural centro-africana desses grupos. Segundo o autor, haveria fogueiras comunitárias nos corredores das senzalas-barracão e um fogo em cada cubículo nas senzalas-pavilhão – edifícios longos, divididos em cubículos, que abrigavam uma quantidade determinada de escravizados do mesmo sexo – (Slenes, 2011 [1999], p. 158-160, 185-186), assim como nas cabanas ocupadas por famílias (Slenes, 2011 [1999], p. 161). Slenes (2011 [1999], p. 240-243) lista uma série de razões de cunho prático e funcional que justificariam o hábito de acender fogueiras dentro das habitações, incluindo manter o fogo protegido da chuva e intempéries; o controle da temperatura no interior da habitação; o afastamento dos insetos devido à fumaça; e o fato da fuligem acumulada nas paredes e no teto exercer a função de um verniz, contribuindo para a preservação da estrutura. Para os casados, em especial, o fogo relacionava-se ainda a uma maior autonomia no preparo de alimentos, dado que eles poderiam substituir algumas das refeições comunais preparadas na cozinha da fazenda por refeições próprias, utilizando os produtos da caça, coleta, criação e cultivo que praticavam. Este preparo permitiria respeitar certos tabus alimentares de suas culturas e escolher alimentos que segundo suas crenças seriam nutritivos a um nível espiritual, possibilitando a recriação de rituais domésticos de suas regiões de origem (Slenes, 2011 [1999], p. 193-199).

Sobre as razões de cunho simbólico que levariam essas pessoas a manterem fogos acesos em seus lares, Slenes cita uma série de estudos que explicitam as fortes relações que os povos da África Central possuem com o fogo e sugere que elas teriam, de algum modo, sido perpetuadas pelas populações afro-diaspóricas nas Américas. Entre os Ovimbundu do planalto de Benguela, o fogo mantido sempre aceso era um símbolo da autoridade do *soba* (o chefe político), de modo que quando este morria, os fogos eram apagados e somente reacendidos com a ascensão do novo *soba*, que deveria iniciar a fogueira da qual proviriam as brasas para os novos fogos da comunidade. O fogo comunitário dos Ovimbundu seria tratado como uma entidade senciente, e, quando ele crepitava ou soltava faíscas, as pessoas comemorariam e depositariam em suas chamas alimentos e outras pequenas oferendas (Slenes, 2011 [1999], p. 243-247). Também entre os Nsundi, da etnia Bakongo, os fogos domésticos eram mantidos sempre acesos, dado que a fumaça agradaria aos espíritos contidos nos *minkisi*, que eram objetos "(...) que serviam de veículo para a ação de espíritos ancestrais ou espíritos da natureza (...) mantidos dentro das casas para protegê-las do infortúnio e garantir saúde" (Slenes, 2011 [1999], p. 244-245). Já entre os Mpangu, também do grupo Bakongo, "(...) um fogo sempre aceso fazia parte do culto aos ancestrais e representava a continuidade da linhagem" (Slenes, 2011 [1999], p. 244).

Carlos Estermann (1983), antropólogo missionário que estudou várias etnias angolanas no século XX, comenta, referindo-se às populações do interior do distrito de Moçâmedes (hoje província do Namibe), que "(...) o culto do fogo é quase universal. Muitos selvagens acreditam que o fogo que eles entretêm nas suas cabanas se acha de algum modo ligado à vida" (Estermann, 1983, p. 160). O também missionário John Weeks (1914) descreve o hábito Bakongo de manter-se a fogueira doméstica acesa durante a noite, sob os cuidados de uma menina que deveria reacendê-la caso ela se apagasse. Não obstante, ela não poderia usar fogo de outra casa para auxiliar nessa tarefa a não ser que ela tivesse certeza de que todos que lá viviam estivessem perfeitamente saudáveis, já que com o fogo ela poderia acabar carregando doenças para os membros de sua família (Weeks, 1914, p. 118). Um fogo também deveria ser mantido constantemente aceso durante o período de reclusão dos meninos que haviam passado pelo rito da circuncisão, na casa onde eles permaneciam nessa circunstância, nesse

caso não podendo se apagar em nenhuma hipótese (Weeks, 1914, p. 173). A relação entre o fogo e a vida doméstica e familiar também é apontada pelo autor quando ele menciona que, após uma cerimônia de casamento, os anciãos da comunidade visitavam o novo lar do casal e lá posicionavam as pedras da estrutura da fogueira (Weeks, 1914, p. 146). Nota-se, portanto, a importância do evento de produzir uma fogueira própria para aqueles prestes a iniciarem um novo núcleo familiar. Weeks (1914, p. 133-134) descreve ainda a prática comum de passatempos no entorno das fogueiras, que incluíam charadas e a contação de histórias.

Ao discutir os achados arqueológicos em contextos de senzalas de *plantations* do sul dos Estados Unidos, Ferguson (1992) observa que é comum a presença de estruturas de fogueira no exterior das habitações, que teriam sido geralmente utilizadas para o preparo de alimentos. O autor nota que o hábito de realizar a maior parte das atividades domésticas do lado de fora das casas é um traço característico das sociedades centro-africanas que teria sido mantido pelas populações escravizadas nas fazendas americanas (Ferguson, 1992, p. 67-68) (Figura 1). Para o Brasil, Souza (2016) discute o caso da senzala do Engenho de São Joaquim, onde foi identificada uma estrutura de fogueira na parte interna, em uma área de intensa atividade doméstica na qual a fogueira serviria como um elemento de congregação para os habitantes da casa. Ele considera que o hábito de se agrupar em torno do fogo "(...) pode ter sido um resultado de relações de reciprocidade de indivíduos que compartilhavam uma base cultural comum, que era vastamente sustentada por situações de encontros e pela vida íntima nas casas dos escravos" (Souza, 2016, p. 157).

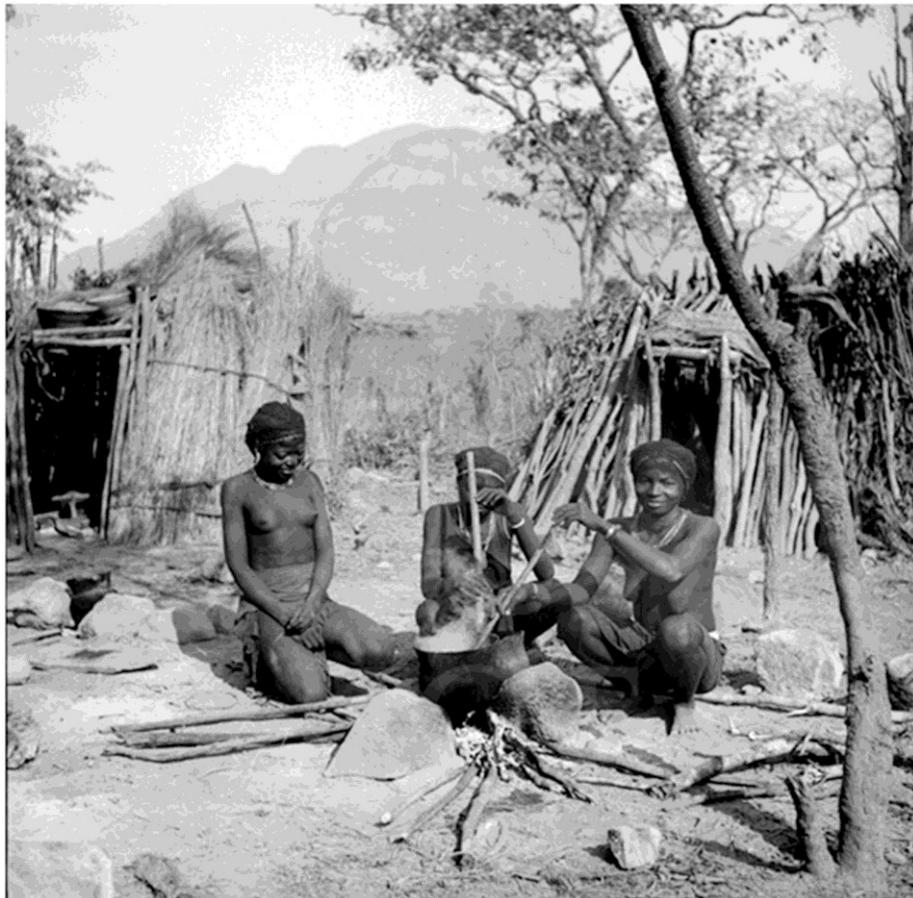


Figura 1. Três mulheres Quilengues agrupadas em torno de uma fogueira situada do lado de fora das habitações, em Angola, cozinhando em um panela que parece estar apoiada sobre três pedras [Fonte: Elmano Cunha e Costa (1935-1939) (Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal - ICT/ACTD/AHUD15317). Disponível em: <https://actd.iict.pt/view/actd:AHUD15317>. Acessado em 24 de abril de 2021].

Um último ponto a ser colocado a respeito das fogueiras nos contextos centro-africanos e na diáspora é a forma como elas são estruturadas. Souza (2014) observa que em Angola, bem como em outras regiões do centro da África, são recorrentes as panelas com fundo arredondado, inadequadas para serem mantidas de pé em superfícies planas mas próprias para serem apoiadas em três suportes sobre o fogo – a estrutura usual das fogueiras usadas para cozinhar nesses contextos (Souza, 2014, p. 89-90). Esse padrão também ocorre nos contextos arqueológicos associados aos escravizados das fazendas coloniais americanas (Ferguson, 1992, p. 105). Pisoni (2016), em um trabalho etnoarqueológico sobre imigrantes africanos em Rosarno, na Itália, registrou a presença de numerosas fogueiras constituídas por suportes de três pedras nas fábricas abandonadas que eles utilizavam como moradia. Esses imigrantes, embora de etnias e nacionalidades variadas, eram originários do centro e oeste da África. Mesmo em um cenário contemporâneo, portanto, é possível observar um exemplo da manutenção desse modelo tradicional por centro-africanos vivendo fora de seu local de origem.

Os povos da África Central, mantiveram, assim, uma forte relação simbólica com o fogo, em particular o fogo doméstico, associado ao culto aos ancestrais ligado à noção de linhagem e entendido como mediador de relações entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Ele seria ainda um elemento em torno do qual as pessoas se agregam e socializam umas com as outras enquanto preparam e consomem alimentos, seja no espaço interno ou externo das habitações. Essas relações teriam, em muitas situações, sido continuadas por descendentes de centro-africanos escravizados nas Américas, ainda que modificadas ou reinventadas.

OS SÍTIOS PESQUISADOS

As estruturas de fogueira aqui discutidas provêm de cinco contextos: a Fazenda Santa Clara (MG); a Fazenda do Colégio (RJ); o Engenho de São Joaquim (GO); a Tapera do Pingador (MT); e as ruas da cidade do Rio de Janeiro (RJ). A seguir será feita uma descrição mais detalhada desses contextos e das pesquisas arqueológicas neles realizadas.

A Fazenda do Colégio se situa no município de Campos dos Goytacazes (RJ). Como estratégia para pacificar e controlar as populações indígenas da região, foram estabelecidas as ordens religiosas jesuítica e beneditina, que se empenharam na catequização desses grupos e auxiliaram na ocupação da região pelos colonos (Alden, 1996, p. 379-380). Na segunda metade do século XVIII a Campos concentrou pouco mais da metade de todos os engenhos do Rio de Janeiro, bem como um dos maiores contingentes de escravizados da capitania (43,6% em 1779). Na primeira metade do século XIX essa população era caracterizada por uma predominância de centro-africanos jovens e do sexo masculino (Soares, 2009). Nas fazendas originalmente jesuíticas e beneditinas, porém, os escravizados eram em sua maioria crioulos (76,4% entre 1790 e 1810) (Symanski *et al.*, 2015, p. 96).

A Fazenda do Colégio foi fundada em meados do século XVII pelos padres da Companhia de Jesus, sendo inicialmente destinada à criação de gado e posteriormente ao cultivo e processamento de cana-de-açúcar. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a fazenda tornou-se propriedade da Coroa, sendo, em 1781, arrematada pelo comerciante português Joaquim Vicente dos Reis. Contava, então, com 1.500 escravizados, população que chegou a quase 2.000 cativos na virada para o século XIX (Guglielmo, 2011, p. 30). Ao longo do século XIX, essa população declinou gradativamente, sendo registrados 1.111 cativos em 1843 e 148 em 1888 (Symanski, 2014, p. 19).

A Fazenda do Colégio foi alvo de escavações arqueológicas feitas nos anos de 2012, 2014 e 2016. As escavações contemplaram diferentes setores da quadra de cerca de 180 m x 250 m ocupada pelas casas de senzala. Neste trabalho o foco recai sobre a área escavada em 2012, situada cerca de 80 m a norte da sede, correspondente a um espaço de atividades cotidianas adjacente a uma habitação e caracterizado pela presença de material arqueológico concentrado em torno de uma estrutura de fogueira datada do início do século XIX (Symanski *et al.*, 2015) (Figura 2).

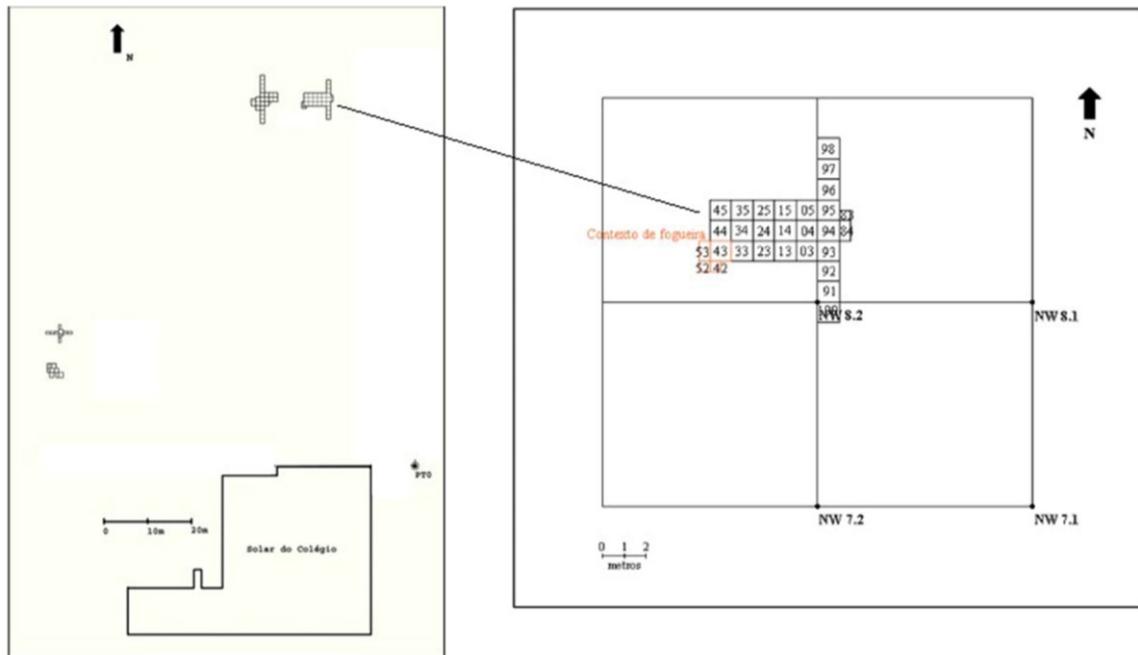


Figura 2. Fazenda do Colégio. Áreas da senzala escavadas em 2012 com o detalhamento daquela onde foi evidenciada a estrutura de fogueira (quadrículas NW8.2 42, 43, 52, 53) (Fonte: acervo dos autores).

A Fazenda Santa Clara está localizada em Santa Rita da Jacutinga (MG), no contexto do Vale do Paraíba. Nas primeiras décadas do século XIX, essa região converteu-se em uma importante potência cafeeira, tornando-se a principal exportadora brasileira desse produto (Machado, 1993). Essa explosão foi sustentada por uma enorme população escravizada, composta preponderantemente por africanos oriundos da região de Congo/Angola, falantes de línguas bantu. Entre 1820 e 1850, aproximadamente 70-75% dos escravizados da região eram africanos (Salles, 2008, p. 184). O primeiro proprietário da fazenda foi Francisco Tereziano Fortes de Bustamante, que adquiriu as terras em 1824. A construção da sede, contudo, só foi concluída em 1856. Após a morte de Francisco Tereziano, a propriedade foi herdada por sua viúva e, posteriormente, por seu cunhado. Depois disso a fazenda foi hipotecada, arrematada pelo Comendador Modesto Leal e vendida ao Coronel João Honório, cujos descendentes detêm sua posse na atualidade (Lima, 2002, p. 66-67).

A sede está localizada a cerca de 50 m da margem direita do rio Preto. Seu complexo arquitetônico é constituído pela casa grande com uma cozinha e despensa anexas, uma senzala tipo pavilhão em forma de L e duas benfeitorias. A ponta sul da senzala está conectada à casa grande e, no espaço delimitado pela senzala, pela casa grande e por uma das benfeitorias, situa-se o terreiro de café (Figura 3). A senzala era dividida em recintos de 16 m² cada, provavelmente ocupados por grupos de escravizados do mesmo sexo e/ou por famílias (Symanski, 2014, p. 115-121).

A pesquisa arqueológica no sítio fez parte do projeto "Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no Sudeste rural escravista – séculos XVIII e XIX". A escavação, que contemplou a parte interna da senzala, onde foi aberta uma área de 24 m², resultou em uma amostra reduzida, composta por uma conta de vidro azul, um dedal de cobre, uma concha de búzio, várias lascas e núcleos de quartzo branco, fragmentos de escória, pequenos agregados de argila branca e sementes carbonizadas. Foram evidenciados seis buracos circulares cavados deliberadamente no piso da senzala, com cerca de 10 a 15 cm de diâmetro e profundidade, alguns com fragmentos de quartzo nucleiformes no fundo; e uma estrutura de fogueira de cerca de 40 cm de diâmetro na quina de um dos cubículos (Symanski, 2014, p. 122-125) (Figura 3).

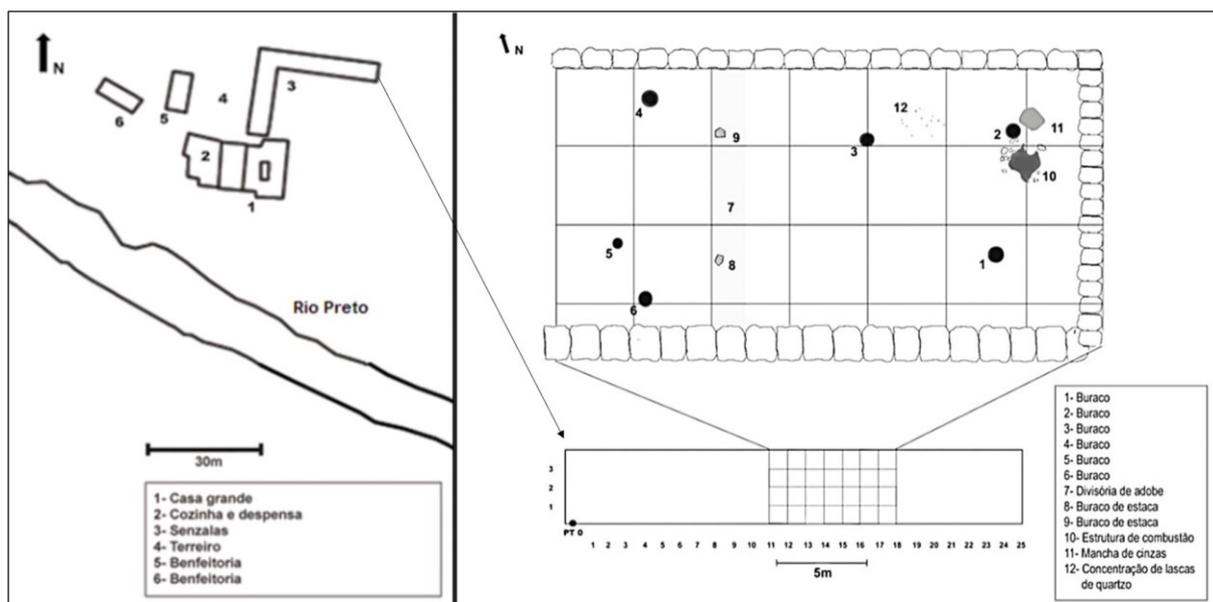


Figura 3. Planta do complexo arquitetônico da fazenda Santa Clara (esquerda) e detalhamento da área de escavação da senzala (direita). A fogueira (estrutura de combustão) está indicada pelo número 10 (Fonte: acervo dos autores).

O Engenho de São Joaquim situa-se em Pirenópolis (GO). Foi construído no final do século XVIII, período em que a mineração de ouro cedia espaço para a agricultura como principal atividade econômica de Goiás. Seu primeiro dono, Joaquim Alves, participou ativamente desse processo (Souza, 2016, p. 152). A fazenda era inovadora para o local e a época, inclusive em relação ao modelo de escravidão nela adotado, considerado mais ameno, porém contando com mecanismos sutis de controle, a exemplo da disposição das edificações, organizadas de forma a facilitar a vigilância da senzala e das áreas produtivas a partir da casa grande (Souza, 2011, p. 85; Souza, 2016, p. 154).

Em 1854 o engenho contava com 106 cativos, predominantemente homens crioulos, sendo que os poucos africanos eram idosos e provavelmente viviam na fazenda desde sua fundação. A partir da morte de Joaquim Alves, a população escrava da fazenda declinou, contabilizando 72 indivíduos em 1864 e 51 poucos anos depois (Souza, 2011, p. 84). As senzalas "(...) eram formadas por dois longos pavilhões com as dimensões aproximadas de 150 e 50 metros, formando um 'L' invertido defronte à sede e organizados em torno de um pátio central" (Souza, 2011, p. 85-86). Esses pavilhões eram divididos em cubículos com uma porta e uma janela cada.

As escavações foram feitas em duas áreas da parte interna da ala maior da senzala, nomeadas como áreas 11 e 12 (Figura 4). Ambas apresentaram uma grande densidade de material. Na área 11 foi identificada a estrutura de fogueira em torno da qual estava disposta uma grande quantidade de artefatos (Souza, 2016, p. 155).

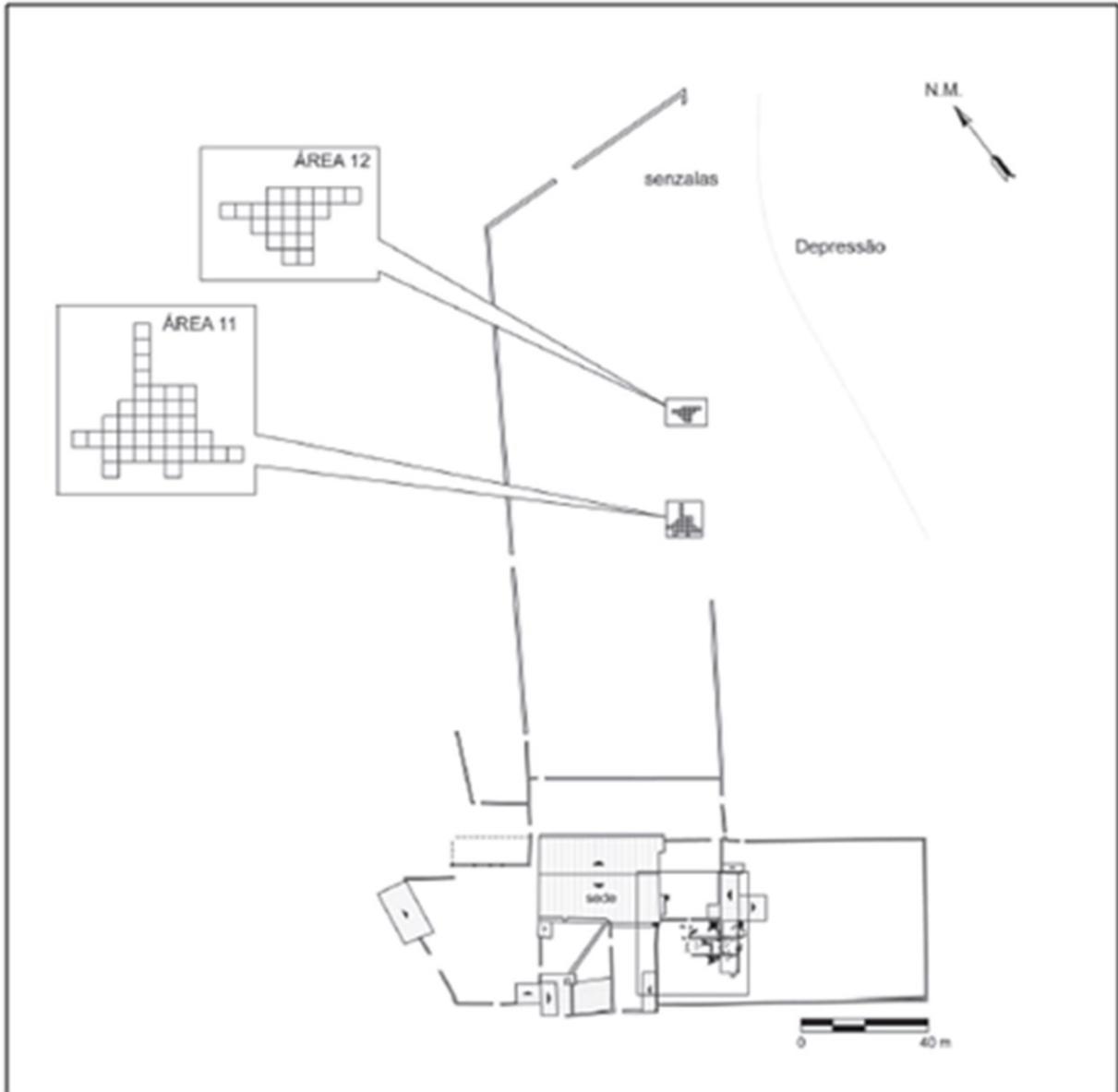


Figura 4. Planta baixa e áreas escavadas do engenho São Joaquim [Fonte: Souza (2011, p. 88)].

A Tapera do Pingador, localizada em Chapada dos Guimarães (MT), é formada por um conjunto de estruturas e feições dispostas em uma área de 30 m x 30 m. O local é habitado por uma família afrodescendente desde o final do século XIX. Antes disso foi, provavelmente, um quilombo (Symanski, 2006, p. 63).

A colonização do Mato Grosso teve início em 1718, quando bandeirantes descobriram ouro às margens do rio Coxipó; no ano seguinte foi fundada a vila de Cuiabá. A mineração de ouro foi o motor do povoamento no século XVIII; todavia, o esgotamento das minas no final daquele século forçou a reordenação das atividades econômicas, priorizando a criação de gado e o cultivo de cana-de-açúcar, que passaram a empregar a maior

parte da população escravizada (Lenharo 1982, p. 10). No final do século XVIII, Chapada dos Guimarães já possuía a maior concentração de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar do Mato Grosso (Mesquita, 1931, p. 33). A região dos rios Casca e Quilombo, em que se localiza a Tapera do Pingador, somente começou a ser ocupada em 1780 (Siqueira, 2001, p. 81).

A presença de quilombos e de pequenos assentamentos de libertos em locais afastados era comum na região (Symanski, 2006, p. 63-64); a Tapera do Pingador não era, portanto, anômala naquele contexto. Na escavação foram identificados dois componentes, um relacionado à primeira metade e outro ao final do século XIX. Na base do depósito, foi evidenciada uma estrutura de cerca de 3 m x 4 m de lados e 50 cm de profundidade, consistindo em um buraco preenchido por terra argilosa escura, fragmentos de recipientes cerâmicos e algumas moedas. Essa estrutura é similar aos fossos encontrados em sítios afro-americanos nos Estados Unidos, escavados próximos às casas dos escravos, cuja argila era usada nas paredes de casas de pau-a-pique e os buracos como áreas de descarte (Symanski & Souza, 2006). A escavação revelou, ainda, duas estruturas de fogueira situadas no que parece ter sido, respectivamente, o interior de uma habitação e um rancho anexo a ela (Figura 5).

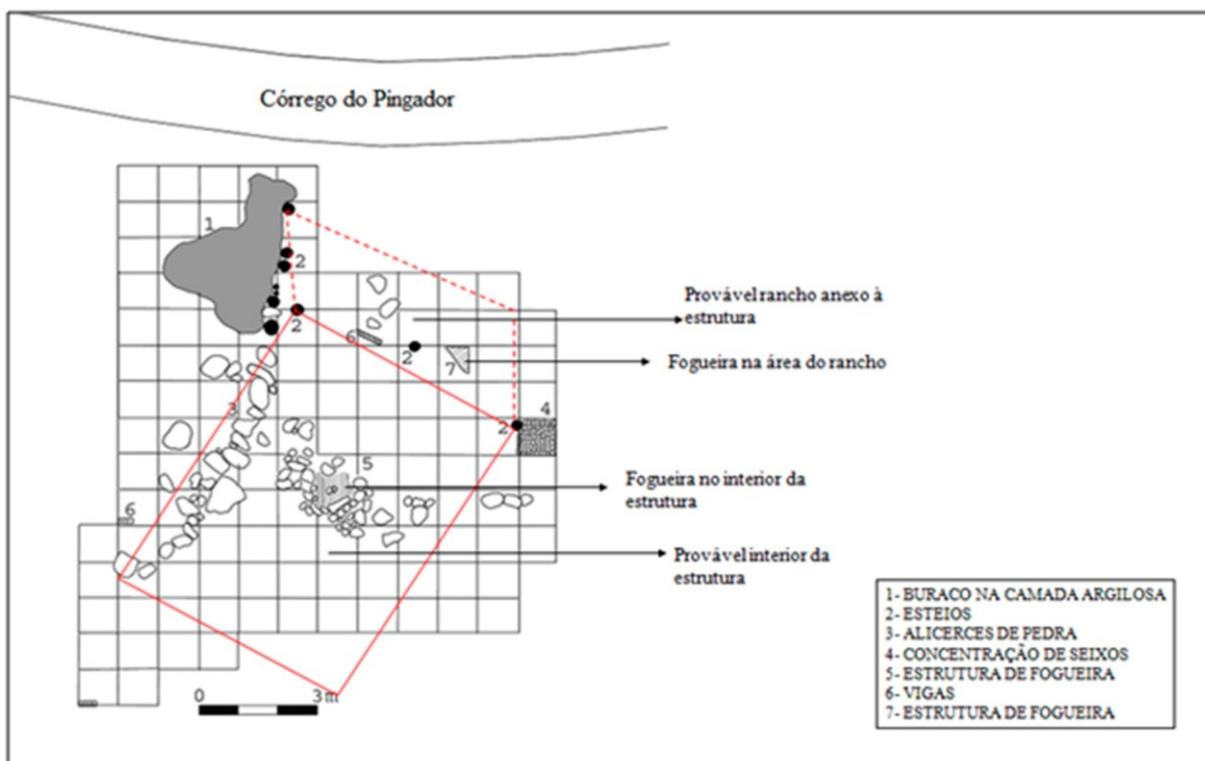


Figura 5. Planta do sítio Tapera do Pingador com uma hipotética reconstrução do seu espaço (Fonte: acervo dos autores).

As evidências do centro histórico do Rio de Janeiro são referentes ao acompanhamento das obras para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). As escavações, coordenadas por Gaspar (2016a), trouxeram à tona uma rica cultura material referente aos períodos colonial e imperial, incluindo restos de antigas construções, calçamentos de pedra do tipo pé-de-moleque, estruturas de combustão e descarte localizadas na via pública e diversos artefatos e ecofatos.

A ocupação da região começou em meio ao bioma da restinga, sobre pequenas dunas que formavam a orla, onde teriam sido erguidas as primeiras construções, feitas de pedra e cal (Gaspar, 2016b, p. 32). Os

colonizadores teriam gradualmente se adaptado ao novo ambiente e incorporado os elementos daquela terra nova ao seu cotidiano enquanto a cidade crescia. A entrada de africanos através do tráfico atlântico, iniciada no século XVII e intensificada entre os séculos XVIII e XIX, teria acrescido novas cores ao já fervilhante contexto.

FOGUEIRAS, PRÁTICAS E ESCRAVIZADOS

Apresentar-se-á a seguir uma análise comparativa das estruturas de fogueira dos cinco contextos abordados, considerando a espacialidade das estruturas e a composição e distribuição espacial dos artefatos e ecofatos a elas associados. As fogueiras do centro histórico do Rio de Janeiro, por não terem sido individualmente detalhadas pelas autoras das fontes consultadas (Barbosa & Bulcão, 2016; Gaspar, 2016a), serão abordadas coletivamente em seus aspectos mais gerais.

A estrutura de fogueira da Fazenda do Colégio estava em uma área identificada como adjacente à senzala, entre 35 cm e 50 cm de profundidade. Para produzir a estrutura, cavou-se um buraco de cerca de 20 cm de profundidade em relação ao nível de ocupação inicial. Tijolos soltos estavam dispostos em conformação circular em torno da cavidade, que continha grande quantidade de carvão, ossos, conchas e fragmentos de cerâmica. Uma concentração ainda maior de material estava disposta ao redor da estrutura (Symanski, 2014, p. 82). As louças presentes nesse contexto sugerem que a fogueira foi utilizada durante as duas primeiras décadas do século XIX.

A fogueira da Santa Clara foi evidenciada entre os 25 cm e 35 cm de profundidade em um canto de um dos recintos da senzala-pavilhão. A estrutura tinha cerca de 40 cm de diâmetro e consistia em uma concentração de carvão parcialmente delimitada por seixos; havia ainda uma mancha de cinzas cerca de 30 cm a norte da fogueira. A ausência de artefatos datáveis impede uma maior precisão cronológica para essa estrutura, que está relacionada ao século XIX.

No Engenho de São Joaquim, a fogueira foi evidenciada no nível do piso do interior da senzala, na mesma camada de cerca de 7 cm de espessura em que estava todo o material encontrado na área de escavação (Souza, 2011, p. 87). A estrutura consistiu em uma cavidade circular contendo cinzas e aglomerados de pedrinhas, sendo que a mais densa concentração de artefatos estava em seu entorno (Souza, 2016, p. 155). Todo o material recuperado nesse sítio data do período entre 1800 e 1864 (Souza, 2016, p. 165).

Na Tapera do Pingador, as duas fogueiras evidenciadas estão em um contexto do final do século XIX, na camada superior do sítio. Uma das fogueiras se situava no que parece ter sido o interior da habitação, e em torno dela se distribuía a maior concentração de material desse nível; a outra estava em um provável rancho anexo à edificação, a menos de um metro de distância do segundo pico de material da camada (Symanski, 2006, p. 64).

No centro histórico do Rio de Janeiro, as fogueiras foram localizadas em duas áreas: na atual Rua Sete de Setembro, então denominada Rua do Cano, no antigo centro da cidade; e em uma área então periférica ao centro, onde fica a atual Praça Tiradentes e a Rua dos Ciganos, atual Rua da Constituição (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 12). Antes da chegada da corte portuguesa essa área era ocupada predominantemente por grupos marginalizados, como escravizados e, como sugere o nome da rua, ciganos (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 14). É possível, portanto, que este segundo componente étnico também esteja em algum grau representado pelo material desses contextos.

FOGUEIRAS EXTERNAS E INTERNAS, RURAIS E URBANAS

Das estruturas de fogueira em contextos rurais aqui analisadas, duas estavam no espaço interno das habitações (Fazenda Santa Clara e Engenho de São Joaquim) e uma no espaço externo adjacente à habitação (Fazenda do Colégio). A Tapera do Pingador apresentou as duas situações. Já as fogueiras urbanas do Rio de Janeiro estavam todas ao ar livre. De acordo com Agostini (2013, p. 71), a análise da distribuição espacial dos focos de fogueira nas habitações de escravizados pode fornecer novas perspectivas sobre essas populações, "(...) auxiliando nas pesquisas arqueológicas que se propõem a estudar a materialização de miudezas do cotidiano e práticas rotineiras (...)".

Nos sítios rurais analisados, identificou-se apenas uma fogueira em cada ambiente, o que sugere que elas estavam sendo utilizadas várias vezes pelos frequentadores desses locais; isso é reforçado pela maior densidade de material no entorno dessas estruturas. Nesses contextos as fogueiras funcionaram como núcleos de socialização de grupos regulares de pessoas, conformados por membros de uma mesma família e/ou por indivíduos ligados entre si por outras afinidades, contribuindo, assim, para a manutenção dos laços sociais entre eles – fossem estes afetivos, hierárquicos, espirituais ou de outras naturezas.

Os casos das fogueiras externas da Fazenda do Colégio e da Tapera do Pingador apresentam-se coerentes com os costumes tradicionais de várias populações centro-africanas. Em torno delas, conforme discutido acima, realizavam-se atividades diversas, relacionadas à socialização e ao preparo e consumo de alimentos. Esses dois casos, portanto, demonstram continuidades nessa relação com o fogo e o espaço oriunda de matrizes culturais africanas.

Tanto no Engenho de São Joaquim quanto na Fazenda Santa Clara não foram encontradas evidências de deposição de material nas áreas adjacentes às habitações. No tangente ao Engenho de São Joaquim, Souza (2011, p. 91) atribui essa ausência ao intenso controle senhorial sobre os escravizados e à imposição de noções eurocêntricas de ordem e limpeza, pelo menos nas áreas visíveis pelas pessoas livres, interpretação que pode ser estendida à senzala da Santa Clara. Porém, conforme nota Souza (2012, p. 47), os próprios escravizados poderiam ter preferido manter momentos de convivência e lazer dentro de suas moradias para escapar da constante vigilância senhorial.

No caso da Tapera do Pingador, um fogo interno coexistia com um situado do lado de fora da habitação, o que é condizente com costumes vigentes entre populações da região central da África. Esse sítio era habitado por grupos auto emancipados e, nesse sentido, não sujeitos a imposições senhoriais. Neste caso as atividades foram distribuídas entre as fogueiras das áreas interna e externa, sendo mais intensas na primeira.

Souza (2012, p. 50-52; 2016, p. 159) destaca o papel que os atributos sensoriais conferidos ao ambiente pelo hábito de acender fogos no interior das senzalas poderiam ter na vivência dos escravizados, em especial por diferenciá-los das pessoas brancas e livres, definindo-os enquanto grupo. O autor se refere a dois desses atributos: os cheiros dos alimentos sendo preparados e a fumaça produzida pela queima da lenha. O efeito da fumaça nesses ambientes seria marcante, conferindo-lhes uma atmosfera única, estranha àqueles que não seus habitantes. Citando Souza (2012, p. 52), "(...) os interiores enfumaçados e abafados das senzalas se constituíam em uma norma cultural para aqueles que nelas residiam".

Com relação às fogueiras do centro histórico do Rio de Janeiro, ao compará-las com as da zona rural de Itaboraí (RJ), Barbosa e Bulcão (2016, p. 12) notam que aquelas são mais rasas e possuem menores dimensões, o que dá a entender que elas reuniam grupos menores em seu entorno. Pode-se supor também que elas fossem

reutilizadas com menos frequência que aquelas das fazendas. Isso aponta que essas fogueiras teriam desempenhado um papel diferente no que tange às interações sociais entre os escravizados se comparadas às dos contextos rurais; elas reuniam grupos mais inconstantes de pessoas e com menor periodicidade, o que tolheria sua atuação como fomentadoras de um senso de comunidade e da formação e estreitamento de laços entre as pessoas – embora não a eliminasse. Entrementes, Gaspar (2016a, p. 2) menciona que, no período em questão, o Rio de Janeiro contava com uma baixa circulação de pessoas, sendo comum que se acendessem fogueiras nas ruas da cidade. Ela constata ainda que havia estruturas de fogueira bem próximas das construções, o que sugeriria "(...) que os trabalhadores, provavelmente escravos, faziam suas refeições perto da obra".

Parte das fogueiras encontradas pode ter sido utilizada para o preparo de alimentos por escravizados de ganho visando a venda, não apenas seu próprio consumo (Gaspar, 2016b, p. 32) (Figura 6). As atividades de ganho propiciariam aos escravizados urbanos o mesmo que a interação no interior das senzalas oferecia aos de contextos rurais: tempo longe do olhar vigilante do senhor. Esse tempo, segundo a autora, "(...) era utilizado para exercerem práticas de acordo com seus costumes, e, portanto, [era] um tempo de rememorar".



Figura 6. Essa aquarela de Debret (1826), usada por Barbosa e Bulcão (2016) para ilustrar seu artigo, mostra uma escravizada de ganho fazendo uso de uma fogueira para preparar alimentos em uma rua do Rio de Janeiro.

ANÁLISE DISTRIBUCIONAL

A análise da distribuição dos artefatos e ecofatos associados às fogueiras informa sobre as práticas vinculadas a esses espaços. Essas estruturas continham quantidades variáveis de artefatos e ecofatos em seus entornos. O foco aqui recairá sobre as fogueiras rurais, devido à ausência de informações detalhadas sobre os padrões de distribuição dos materiais associados às fogueiras urbanas cariocas.

Binford (1978, p. 345, 349), em um estudo etnoarqueológico em um posto de caça dos Nunamiut, no Alasca, identificou um padrão de deposição de refugo relacionado às práticas realizadas no entorno de fogueiras,

em especial ligadas à alimentação, em que ou deixava-se cair o refugo no local da atividade, diante ou ao redor das pessoas sentadas, configurando o que o autor denomina *drop zone* ("zona de queda"); ou atirava-se o refugo para trás, depositando-o na chamada *toss zone* ("zona de arremesso"). Em ambos os casos, a atividade de descarte caberia na categoria de refugo primário definida por Schiffer (1972), já que os resíduos estariam sendo depositados no local em que foram produzidos. Souza (2012, 2016) notou que o modelo de Binford era aplicável ao caso da fogueira da senzala do Engenho de São Joaquim (Figura 7). A distribuição demonstra uma clara relação com a estrutura de fogueira, estando o material mais intensamente concentrado em duas áreas adjuntas a ela. Os resíduos estariam, portanto, sendo produzidos por pessoas situadas dos dois lados da fogueira, de frente para ela, e parte desses resíduos estaria sendo jogado para trás, no espaço às costas das pessoas, tal como ocorre no modelo de Binford. O material pode ser classificado, então, como refugo primário (Souza, 2012, p. 41-42).

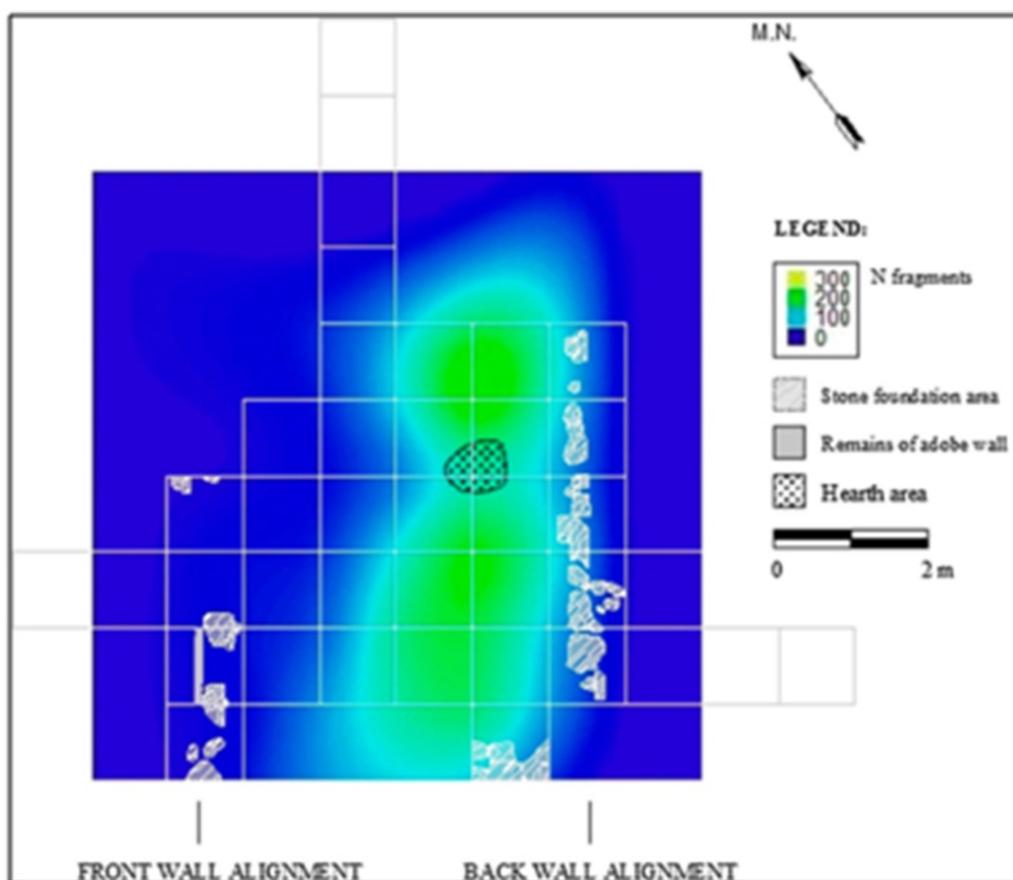


Figura 7. Mapa distribucional da área 11 da senzala do Engenho de São Joaquim [Fonte: Souza (2016, p. 156)].

Um padrão semelhante é observado na fogueira da Fazenda do Colégio, em que uma profusão de vestígios estava distribuída em duas zonas principais de concentração de material: uma dentro da estrutura e em seu entorno imediato e outra a cerca de um metro de distância dela (Figura 8). Observa-se um pico de ocorrência de ossos e de louças na quadrícula 43, acompanhado de uma segunda aglomeração mais discreta desses materiais na quadrícula 23, onde há também o ponto de maior concentração de cerâmica. Se os escravizados tinham o hábito de se postarem ao redor da fogueira, como se tem considerado, a quadrícula 43 poderia ser entendida como equivalente à *drop zone* descrita por Binford, enquanto a quadrícula 23 conformaria uma *toss zone* (Symanski *et al.*, 2015, p. 116).

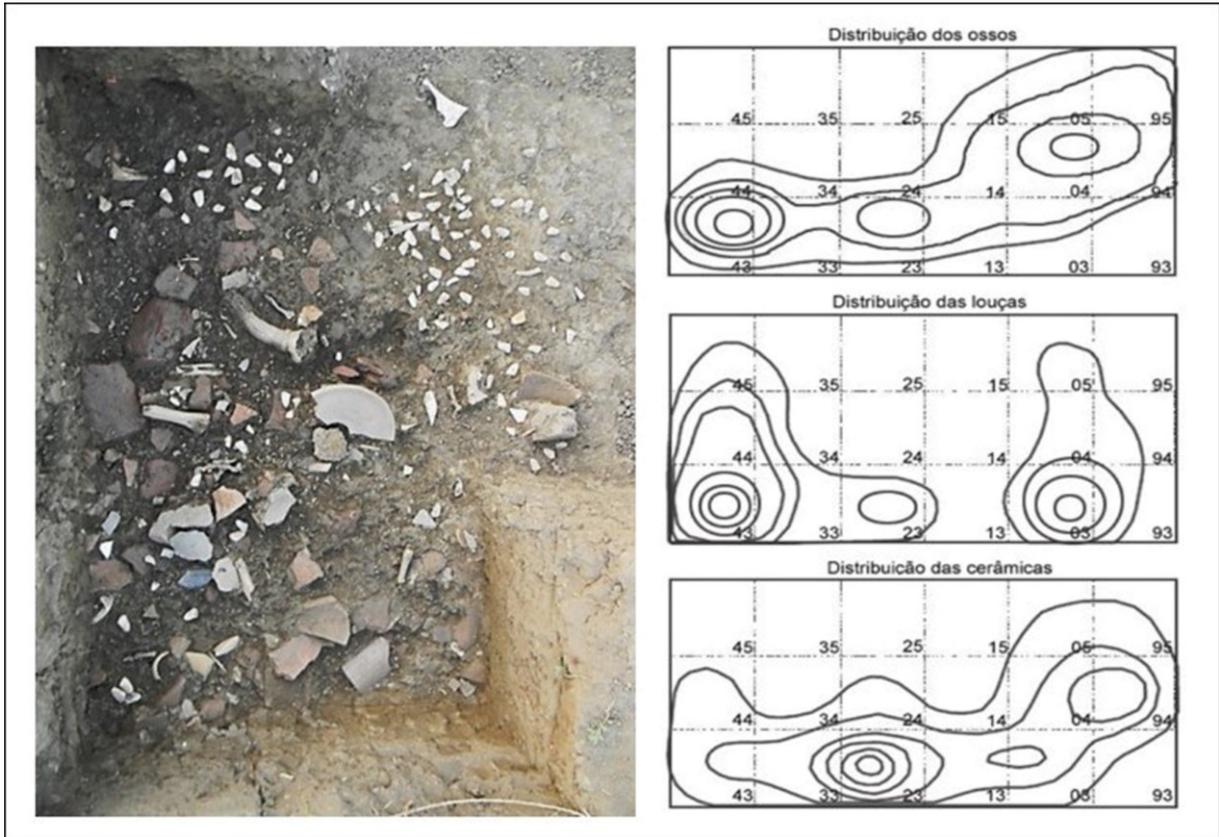


Figura 8. Esquerda: fotografia da superfície superior da estrutura de fogueira da Fazenda do Colégio (Fonte: acervo dos autores). Direita: padrões de distribuição dos ossos, louças e cerâmicas da área de escavação. A fogueira foi evidenciada na quadrícula 43 [Fonte: Symanski et al. (2015, p. 114)].

Uma situação similar ocorre nas duas fogueiras da Tapera do Pingador. Neste caso, os dois principais picos de material estão vinculados a essas estruturas (Figura 9). A fogueira interna continha mais vestígios concentrados em seu centro e entorno (*drop zone*), conformando um núcleo em torno do qual se ordenavam as práticas cotidianas, com o refugio tornando-se mais difuso quanto mais afastado estivesse da estrutura. Já na área contígua à fogueira externa, observa-se um padrão distribucional diferente, mas ainda comparável ao modelo proposto por Binford: não é possível identificar uma *drop zone* bem delimitada, embora o segundo pico de material do sítio possa ser facilmente entendido como uma *toss zone*. Isso leva ao pressuposto de que essa fogueira teria desempenhado uma função secundária na vivência dos habitantes do local, mas ainda assim sendo regularmente utilizada para alguma atividade, provavelmente relacionada à alimentação.

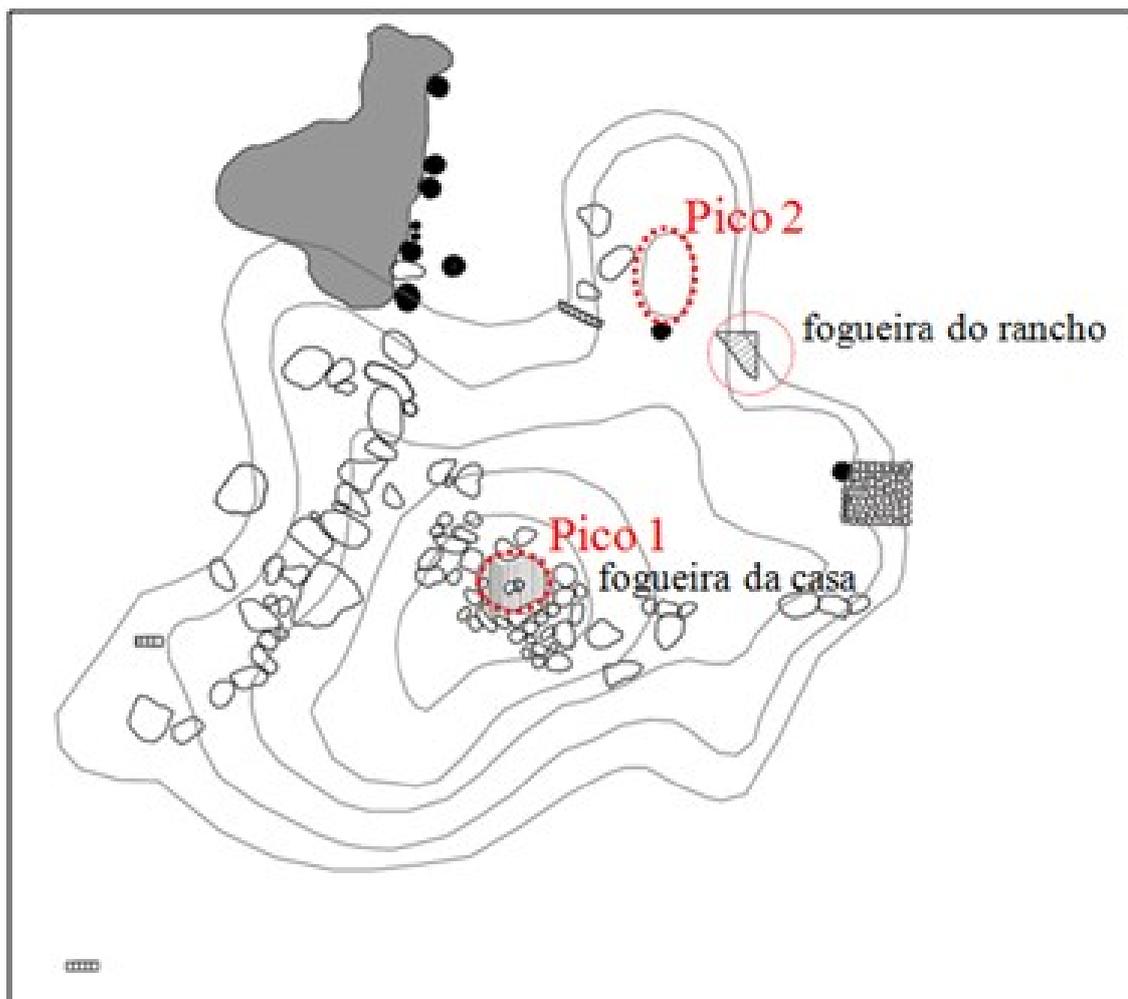


Figura 9. Mapa distribucional da camada I da Tapera do Pingador (Fonte: acervo dos autores).

No caso da Santa Clara, a fogueira contou com uma quantidade bem menor de vestígios dispostos em seu entorno (Figura 10). Essa escassez deve-se, provavelmente, ao fato de que os escravizados dessa senzala não preparavam ou consumiam alimentos no interior desses espaços, mas em uma cozinha centralizada, o que consistia em uma estratégia de controle senhorial bastante comum nas fazendas de café do vale do Paraíba (Symanski & Gomes, 2016). Não obstante, a distribuição do material continua sendo passível de comparação com o modelo proposto por Binford, dado que um aglomerado de lascas de quartzo a cerca de um metro da fogueira pode ser interpretado como uma *toss zone*, embora isso não seja tão evidente quanto nos demais casos. Já no interior e entorno da estrutura, havia uma pequena quantidade de artefatos configurando refugio primário ou de fato relativo a atividades realizadas ao redor do fogo (*drop zone*), além de uma mancha de cinzas que pode ter se formado a partir da remoção do material resultante da combustão da lenha de dentro da fogueira (Figura 10).

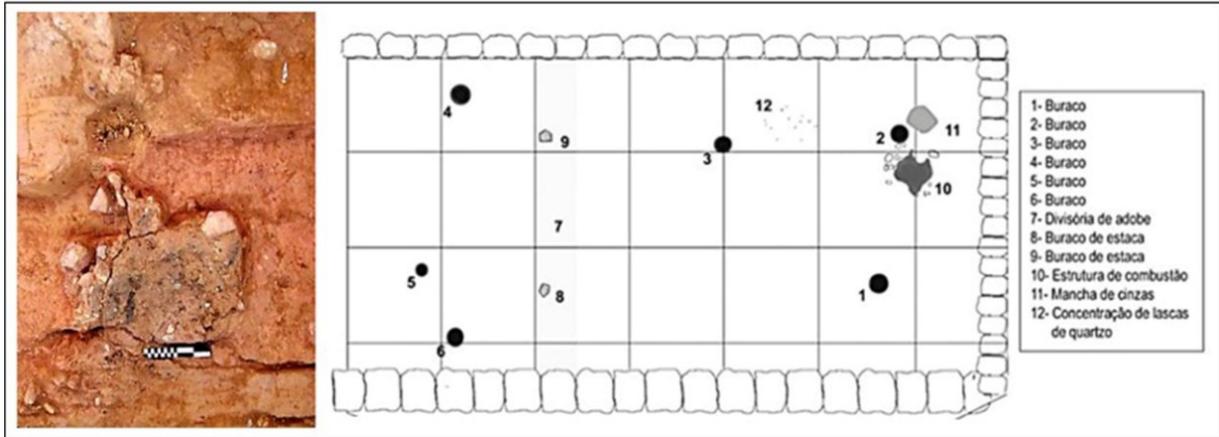


Figura 10. Direita: estrutura de fogueira da senzala da fazenda Santa Clara. Esquerda: planta da área escavada (Fonte: acervo dos autores).

Os casos abordados demonstram que as fogueiras se caracterizaram como eixos ordenadores das práticas cotidianas, do mesmo modo que ocorria nas culturas matrizes centro-africanas das quais esses grupos eram majoritariamente provenientes. Excetuando-se o caso da Santa Clara, marcado pela escassez de cultura material, os demais contextos demonstram que as fogueiras eram constantemente utilizadas nas atividades domésticas e mesmo as ordenavam espacialmente; que essas atividades eram realizadas coletivamente, por pessoas que se agrupavam no entorno das fogueiras; e que era praxe conservar os resíduos dessas atividades no local em que eles eram produzidos, provavelmente como "(...) um mecanismo que permitia a rápida reciclagem de itens descartados" (Souza, 2016, p. 164). Tal como o costume de se agregar e realizar atividades em torno de fogueiras, esse hábito encontra paralelos em culturas africanas, conforme discutido por Souza (2016, p. 161-162).

Deste modo, é provável que essas fogueiras conservassem pelo menos algumas das funções práticas e sociais a elas atribuídas nas sociedades africanas das quais provinham os escravizados ou seus antepassados. As fogueiras, assim, possuíam um significado singular para essas pessoas, já que as dinâmicas ao seu redor remetiam a um passado que em algum grau as uniam, contribuindo para a criação de novos sentidos de identidade que fundamentariam a coesão desses grupos fabricados pela experiência diaspórica.

ARTEFATOS E ECOFATOS NOS CONTEXTOS DE FOGUEIRA

Em quase todos os contextos analisados, predominam materiais diretamente associados à esfera da alimentação, tais como fragmentos de vasilhames utilizados para estocagem, preparo e consumo de alimentos, e vestígios dos próprios alimentos – ossos, dentes, chifres, escamas, conchas e sementes. Não obstante, no entorno das fogueiras, também foram deixados objetos vinculados ao lazer, adorno pessoal e práticas ritualísticas e/ou religiosas, como será abordado a seguir.

VESTÍGIOS ALIMENTARES

O material zooarqueológico derivado de práticas alimentares nos espaços de senzala pode auxiliar na reconstrução das relações sociais nesses contextos ao permitir inferências sobre as escolhas e imposições alimentares as quais os escravizados estavam sujeitos (Symanski & Morais Júnior, 2016, p. 104).

Na fogueira da Fazenda do Colégio, a categoria de material mais abundante é a dos vestígios faunísticos, que configura pouco mais da metade do peso total da amostra desse contexto (cerca de 52,48%) e inclui partes de vertebrados domésticos e silvestres, além de conchas de moluscos. Já na fogueira da Santa Clara, foi evidenciado um único fragmento de osso não identificável, além de algumas sementes também não identificadas. No Engenho de São Joaquim, 17,24% da amostra da área da fogueira é composta por ossos de animais (Souza, 2011, p. 93). Já na Tapera do Pingador, o pH ácido do solo não permitiu a conservação de materiais orgânicos, havendo, contudo, utensílios para seu preparo e consumo. Finalmente, nas fogueiras da cidade do Rio de Janeiro, foram evidenciados dentes, ossos, escamas e conchas de animais domésticos e silvestres (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 12).

Na Fazenda do Colégio, as conchas que estavam distribuídas no entorno da fogueira pertencem à espécie *Donax hanleyanus*, comum no litoral do Rio de Janeiro. A amostra é constituída por 228 conchas, compondo um número mínimo de 114 indivíduos. Esse molusco está presente na costa atlântica, da Bahia ao Rio da Prata. Na atualidade é consumido como alimento por seres humanos, embora não em grande escala, além de ser utilizado como isca de pesca (Custodio *et al.*, 2015, p. 51-52). Deve-se ressaltar que a Fazenda do Colégio se situa a cerca de 20 quilômetros do litoral, o que significa que, para buscar esses animais em seu habitat, um escravizado precisaria percorrer cerca de 40 km. Porém, os moluscos também poderiam ser adquiridos de outras formas, como através do comércio com pescadores (Symanski & Morais Júnior, 2016, p. 108).

Quanto aos ossos, nesse sítio foram evidenciados de animais tanto domesticados quanto selvagens. Aproximadamente 61,16% da amostra no contexto da fogueira (considerado o peso dos fragmentos) pôde ser identificada senão por espécie, pelo menos por família ou gênero. Os animais domésticos estão representados pelas famílias Bovinae, Suidae e Caprinae, havendo um total de 18 ossos de bovinos, 12 de suínos e 3 de caprinos. À exceção de duas vértebras bovinas, todos são provenientes da cabeça ou das patas dos animais. Entre os ossos de espécies silvestres, constam uma mandíbula de gambá (Didelphidae), 10 ossos de jacaré (Alligatoridae), com várias partes dos corpos dos animais representadas, e 81 ossos de peixes. Os ossos dos animais domésticos correspondem a cortes pobres em carne, sendo melhor aproveitados em caldos ou ensopados. Tanto a recorrência desses cortes quanto um modo de preparo em que carnes, ossos e vegetais são fervidos em uma única panela por um longo tempo foram comuns em senzalas nos Estados Unidos e no Caribe (Wallman, 2014, p. 57; Otto, 1980, p. 10; Samford, 1996, p. 96) e consistem em um padrão similar ao de preparo de alimentos dos povos da África Ocidental e Central (Ferguson, 1991, p. 32-34; Samford, 1996, p. 96). Os ossos, no caso, eram quebrados para o aproveitamento do tutano e adicionados ao cozido (Otto, 1980, p. 10). A alta fragmentação dos ossos das senzalas da Fazenda do Colégio e do Engenho de São Joaquim pode indicar essa prática de extração de tutano (Souza, 2011, p. 93; Symanski & Morais Júnior, 2016, p. 109). Por sua vez, a alta incidência de recipientes de servir côncavos em ambos os sítios reforça a hipótese do consumo frequente de caldos e ensopados.

Com relação ao centro histórico do Rio de Janeiro, Barbosa e Bulcão (2016, p. 12-14) comentam que suas fogueiras se diferenciavam daquelas de áreas rurais por terem uma maior incidência de vestígios de animais

domesticados em relação aos silvestres. Isso pode ser explicado pelas particularidades ecológicas do ambiente urbano, menos favorável à prática da caça ou da pesca; por razões econômicas, como um provável custo mais elevado das carnes de animais selvagens comercializadas na cidade; e mesmo por diferenças de gosto por parte dos habitantes de áreas rurais e urbanas.

Além dos restos de animais, alguns dos contextos de fogueira analisados também apresentaram vestígios do consumo de plantas. No interior da fogueira da Santa Clara, foram evidenciadas quatro sementes carbonizadas não identificadas. Já no Rio de Janeiro, havia restos de mandioca em grande parte das fogueiras (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 12-14).

ARTEFATOS DE CERÂMICA, LOUÇA E VIDRO

Nos contextos de fogueira analisados, conforme mencionado, os recipientes destinados ao armazenamento, preparo e consumo de alimentos constituíram uma das principais categorias de material.

Na Fazenda do Colégio, esses itens são representados por louças inglesas e portuguesas e cerâmicas torneadas simples, torneadas vidradas e artesanais; juntos eles constituem a segunda categoria de material mais abundante no contexto da fogueira, ficando atrás apenas dos vestígios faunísticos. Predominam as peças destinadas ao consumo de alimentos (10), feitas de cerâmica vidrada ou louça; a elas se seguem os recipientes de armazenamento, de cerâmica acordelada ou torneada simples (4); e as peças destinadas ao preparo e/ou serviço de alimentos (3). No caso das destinadas ao consumo, as de forma plana (pratos) e côncavas (tigelas e malgas) estão igualmente representadas, havendo cinco de cada categoria. A presença expressiva dessas peças, junto à abundância de vestígios faunísticos, confirma a realização frequente de refeições comunais no entorno da fogueira pelos cativos, corroborando, portanto, o que tem sido dito sobre a manutenção e a importância desse costume para as comunidades escravizadas no continente americano. Igualmente, a alta incidência de tigelas pequenas e malgas reforça a tese de que o preparo de ensopados seria comum entre essas populações.

A senzala do Engenho de São Joaquim é em muitos aspectos similar à da Fazenda do Colégio no que concerne aos artefatos ligados à alimentação. A área da fogueira possuía a maior incidência desses artefatos, em sua maior parte constituídos por material cerâmico; o restante corresponde a garrafas de vidro verde escuro que parecem ter sido reutilizadas para o consumo de líquidos e a pequenos fragmentos de vidro provenientes de copos ou taças. Entre as cerâmicas, predominam as artesanais, havendo uma quantidade bem menor de louças, constituída por pratos e principalmente tigelas (Souza, 2011, p. 92-93).

Na Tapera do Pingador, apesar da ausência dos restos de alimentos, o caráter das fogueiras como centralizadoras de práticas alimentares é evidenciado por outros materiais. No contexto das duas fogueiras em conjunto, verifica-se um número mínimo de 21 peças de louças importadas, 26 de vidro e 10 de cerâmica artesanal (Symanski, 2006, p. 65). Dos vidros, 14 correspondem a garrafas de bebida que podem ter sido utilizadas para o armazenamento e consumo de líquidos diversos (Symanski, 2006, p. 269). As louças se dividem em 12 pratos, duas tigelas, quatro xícaras, uma molheira e duas peças não identificadas, uma delas de servir. É interessante notar a predominância de pratos, a qual sinaliza uma menor ênfase nos alimentos ensopados, diferentemente dos casos anteriores.

Quanto às fogueiras do Rio de Janeiro, Barbosa e Bulcão (2016, p. 12-14) mencionam a ocorrência geral de objetos de uso cotidiano e de fragmentos de utensílios como panelas de barro e louças importadas, o que

demonstra similaridades com aquelas dos ambientes rurais. Portanto, com exceção da Santa Clara, em todas as demais fogueiras, há uma forte prevalência de materiais vinculados ao domínio da alimentação.

ARTEFATOS RECICLADOS E LÍTICOS

Em alguns dos contextos abordados ocorrem utensílios produzidos a partir do reaproveitamento ou reciclagem de objetos, em que estes foram propositalmente modificados de modo a alterar sua função original. Os materiais que passaram por esse processo são basicamente fragmentos de vidro e louça e peças de metal. Existem ainda artefatos líticos.

Na Fazenda do Colégio, duas das peças recicladas tiveram como suporte garrafas de vidro (Figura 11). Uma dessas peças é mais larga e possui superfície curva, tendo uma de suas extremidades curva e larga, com formato semelhante ao de uma colher, enquanto a outra foi modificada para manter uma ponta afiada. A outra peça, produzida a partir de um gargalo, é fina e alongada, com uma ponta afiada em uma das extremidades. Ambas possuem formato anatômico, sendo mais confortáveis de segurar com a mão direita do que com a esquerda. Há também um fragmento de faiança fina composto por parte do corpo e da borda de um pires que foi modificado até um de seus lados ficar com um formato semicircular. Essa alteração foi realizada de modo que a decoração floral azul ficasse perfeitamente centralizada na peça. Finalmente, há três fichas de jogos produzidas com base em fragmentos de faiança fina e portuguesa.

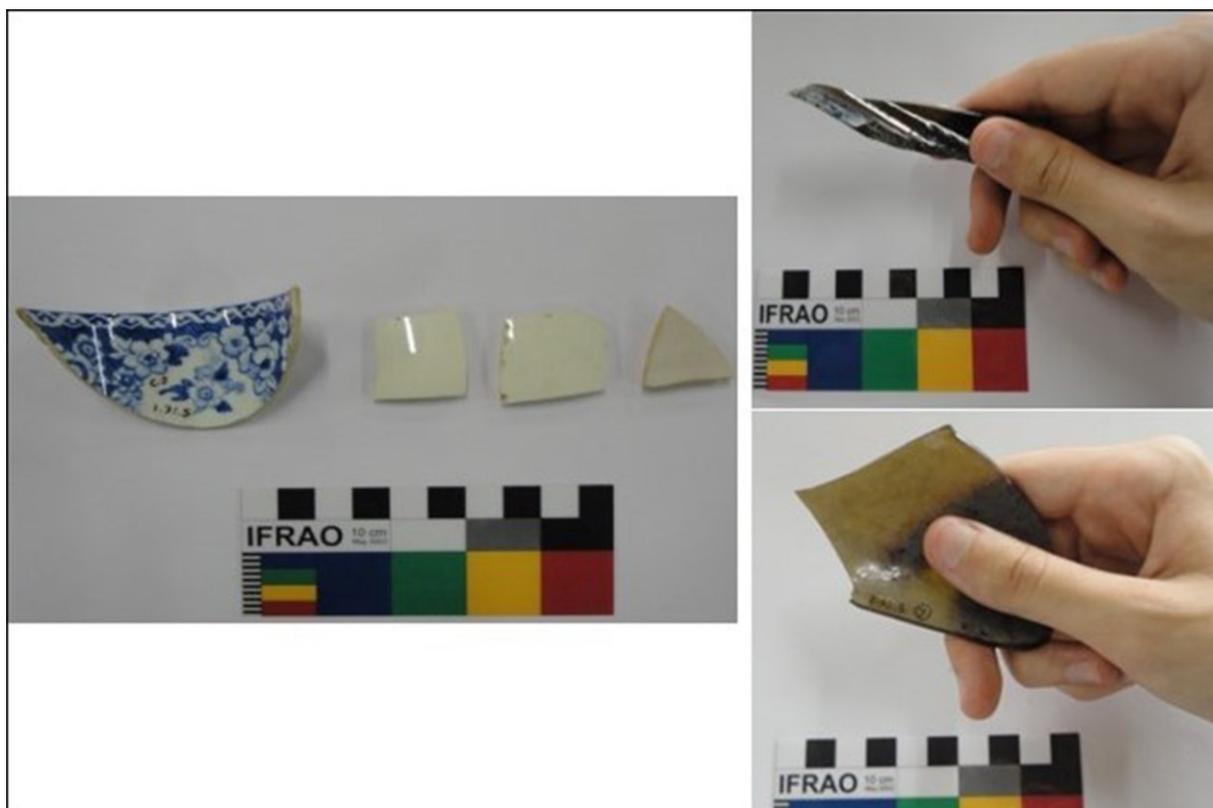


Figura 11. Artefatos reciclados de louças e vidro do contexto da fogueira da Fazenda do Colégio (Fonte: acervo dos autores).

No Engenho de São Joaquim, foram encontrados objetos de adorno pessoal produzidos a partir da reciclagem de metais; um garfo com três de seus quatro dentes dobrados, de modo a poder servir como um perfurador; e 49 artefatos de vidro lascado (Souza, 2016, p. 162-163).

No contexto das fogueiras do Rio de Janeiro, também existem alguns fragmentos de louça contando "(...) com algum tipo de reaproveitamento" (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 12-14).

A prática da reciclagem de objetos já foi registrada em vários contextos de escravidão no continente americano (p. ex. Lima, 2016, p. 130-132; Symanski & Osório, 1996; Wilkie, 1996; Ahlman *et al.*, 2014). Embora não seja exclusiva dos grupos escravizados, ela deve ter tido significados e implicações específicos para esse grupo. Segundo Souza (2013, p. 20), os vidros reciclados "(...) podiam ser empregados para amolar cabos de enxada ou machado, para cortar o cabelo e a barba, ou descarnar animais". Na Fazenda do Colégio, contudo, algumas dessas peças podem ter sido utilizadas com a função de facas e colheres, dada a ausência de talheres nos contextos da senzala. A peça de vidro longa e fina parece própria para raspar o tutano do interior de ossos longos, e a ponta afiada da peça mais larga pode ter sido utilizada para cortar. Além disso, a outra extremidade dessa peça também pode ter sido usada com função de colher ou para raspar.

A prática da reciclagem é certamente uma manifestação da criatividade das pessoas escravizadas para desenvolver formas de lidar com os problemas de seu cotidiano. O mesmo se aplica aos artefatos líticos encontrados no Engenho de São Joaquim, os quais consistiram em quatro isqueiros, sete raspadores polidos e duas lascas de sílex; os isqueiros e alguns dos raspadores estavam na área da fogueira. Os isqueiros podem ter sido usados para acender cachimbos, que também estão presentes nesse contexto, bem como a própria fogueira; já os raspadores "(...) podem ter sido empregados nas mais diversas tarefas cotidianas, incluindo a trituração de sementes para alimentação, fins rituais ou preparação de fibras para cestaria" (Souza, 2011, p. 100-101).

ARTEFATOS LÚDICOS E RECREATIVOS

Dentre os artefatos reciclados da Fazenda do Colégio, há dois fragmentos losangulares de faiança fina e um triangular de faiança portuguesa, todos sem decoração (Figura 11). Em geral, esses objetos têm sido interpretados como peças de jogos (Symanski & Osório, 1996, p. 46; Goode, 2009, p. 3; Wilkie, 1995, p. 145; Panich *et al.*, 2017, p. 3; Striebel MacLean, 2015, p. 333). Os jogos em questão poderiam ser alguma variante de *mankala*, uma família de jogos originária da Etiópia (Goode, 2009, p. 10); jogos de tabuleiro, como damas e gamão; ou de sorte, no estilo de cara ou coroa, no caso das peças com decoração em um dos lados (Panich *et al.*, 2017, p. 3). A presença dessas peças no contexto da fogueira evidencia o caráter dessa estrutura como um núcleo em torno do qual ocorreriam atividades envolvendo socialização e lazer. Em relação aos indígenas e imigrantes chineses nos Estados Unidos, Panich *et al.* (2017, p. 19) consideram que existia um "(...) papel dual da prática de jogar como resistência a pressões da sociedade dominante enquanto simultaneamente facilitando a formação de novas comunidades". O mesmo se poderia dizer quanto ao caso dos escravizados na medida em que as atividades recreativas praticadas em grupo, como os jogos, contribuiriam para a manutenção da coesão e dos laços entre os coabitantes de uma senzala, por exemplo, além de representar para eles um alívio e um descanso de sua labuta diária.

Os cachimbos também podem estar vinculados às atividades recreativas. Esses itens estão presentes nos contextos das fogueiras da Fazenda do Colégio, do Engenho de São Joaquim (Souza, 2011, p. 100) e do centro

histórico do Rio de Janeiro (Barbosa & Bulcão, 2016, p. 12-14; Gaspar, 2016b, p. 32). De acordo com Lima (2016, p. 129), os cachimbos são muito frequentes em sítios relacionados a populações escravizadas e têm sido interpretados como "(...) potenciais expressões e evidência de identidades culturais". Isso é ratificado pela decoração de alguns dos cachimbos das fogueiras do Rio de Janeiro, que, segundo Gaspar (2016b, p. 32), "(...) se assemelham às escarificações que diferentes grupos de africanos produziam na pele (...)". Vale lembrar ainda que, como já abordado, entre as populações da África Central, o fogo é tido como mediador de relações entre os vivos e os espíritos, do mesmo modo que a fumaça oriunda da combustão; nesses contextos, os cachimbos, como emissores de fumaça, constituem artefatos centrais nessa comunicação. Por fim, tal como os jogos, pode ser que o hábito de fumar proporcionasse aos escravizados momentos de relaxamento e repouso. Os momentos de ócio e diversão, por poucos ou curtos que fossem, deveriam ser de fundamental importância a um nível psicológico ou emocional para os cativos, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

ADORNOS PESSOAIS

Itens destinados à ornamentação corporal também foram recuperados em alguns dos contextos de fogueira; entre eles, se destacam as contas de colar. Na área da fogueira da Fazenda do Colégio, foi evidenciada uma única conta de colar de vidro âmbar no estilo *drawnbead*, típico do século XIX, enquanto na do Engenho de São Joaquim havia cinco contas de vidro europeias (Souza, 2011, p. 99). Essas contas, de uso generalizado entre africanos e afrodescendentes no Brasil, não serviriam somente a propósitos estéticos, mas teriam relações com os sistemas de crenças compartilhados por esses grupos (Symanski, 2014, p. 103). Além das contas, foram encontrados no Engenho de São Joaquim, cinco discos perfurados feitos a partir da reciclagem de metal, dos quais apenas um estava na área da fogueira; presume-se que fossem utilizados em ornamentos como colares, pulseiras e brincos (Souza, 2011, p. 100). No contexto da fogueira da Fazenda do Colégio, havia ainda um botão de roupa feito de osso.

QUARTZO E ESCÓRIA

O material associado à fogueira da Santa Clara, apesar de escasso, parece muito significativo no que tange ao conhecimento a respeito de seus antigos habitantes. Além das já citadas sementes de plantas, compõem esse contexto três peças de ferro (dois cravos e um tipo de gancho), seis fragmentos de escória de ferro e quatorze de quartzo, materiais que também estão presentes no restante da senzala junto a pequenos pedaços de argila branca.

A escória, para muitas populações subsaarianas, possui uma série de significados e usos. Muitos desses povos fazem uma analogia entre o processo de fundição de ferro e a reprodução humana, sendo que em vários deles os fornos recebem a forma de corpos femininos que dão luz ao ferro (Childs & Killick, 1993, p. 325-326; McCosh, 1979, p. 164-165). A escória, é assim considerada como semelhante à menstruação, entendida como sangue que falhou em se coagular em um feto. Já a argila branca é tida como dotada de grandes poderes espirituais e frequentemente utilizada durante o trabalho com o ferro, seja aplicada na pele dos ferreiros, mineiros ou daqueles que se aproximam do forno de fundição, seja utilizada no forno em si (Weeks, 1914, p. 276-277; Bastin, 1974, p. 125-127). Os Haya, de Ruanda, consideram a argila branca análoga ao esperma, e

a introduzem nos fornos com o intuito de fecundá-los com energia masculina para que possam assim gerar o ferro (Schmidt, 1998, p. 157-158).

Do mesmo modo que a escória, o quartzo é um elemento importante tanto no âmbito técnico quanto no espiritual para muitas populações do centro e oeste da África. As lascas e núcleos de quartzo da Santa Clara, tal como a escória, apontam para a continuidade de uma tradição tecnológica de origem africana nesse espaço, mas, em especial devido à coocorrência desses dois materiais e da argila branca, também podem ser evidência de práticas de caráter mágico e/ou religioso (ver Symanski & Morais Júnior, 2016). Os cristais de quartzo, de ocorrência comum em contextos afro-americanos e muitas vezes compondo o que parecem ser conjuntos de objetos de uso ritual, podem remeter a crenças de povos como os Bakongo, que consideram superfícies reflexivas como simbólicas da fronteira que une os mundos espiritual e material (Fennel, 2003, p. 13).

Souza (2011, p. 98-99) cita a ocorrência de um cristal escuro na área da fogueira do Engenho de São Joaquim, o qual "(...) sugere uma prática espiritual de origem africana que dotava tais objetos de poderes mágicos destinados à proteção espiritual" (Souza, 2011, p. 99). No mesmo contexto foi encontrado ainda o fragmento de um crucifixo, o que, segundo o autor, seria indicativo de práticas religiosas híbridas.

A ocorrência de artefatos em maior ou menor grau sugestivos de práticas de caráter ritualístico nas senzalas da fazenda Santa Clara, do Engenho de São Joaquim e da Fazenda do Colégio – vale mencionar, além dos fragmentos de escória, as conchas de moluscos presentes no entorno da fogueira desse sítio, que podem ter desempenhado papel similar ao do quartzo nos outros contextos – demonstra a conexão entre as fogueiras, as crenças e a espiritualidade entre os escravizados. Esses itens e as práticas e significados a eles associados poderiam ter auxiliado na construção de um senso de comunidade entre africanos de diferentes origens e crioulos escravizados, servindo, assim, para cultivar sentimentos de pertencimento a um universo próprio, distinto das condições de opressão externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho avaliar o papel desempenhado pelas fogueiras domésticas nas vivências cotidianas de grupos afro-diaspóricos no Brasil através da análise da materialidade referente às estruturas de combustão de cinco contextos, abrangendo senzalas de fazendas, ruas de um núcleo urbano e um pequeno quilombo.

A pesquisa bibliográfica apontou para uma série de crenças e práticas relativas a fogueiras comuns às populações da África Central e Ocidental, que dizem respeito, por um lado, ao papel central dessas estruturas nas práticas cotidianas, incluindo alimentação, socializações e lazer; e, por outro, à sua conexão com as noções de ancestralidade, linhagem e interação com o mundo espiritual. Foram constatadas evidências de continuidades dessas relações em contextos afro-diaspóricos em diferentes partes do continente americano, o que permitiu pressupor que isso poderia ter acontecido também nos contextos específicos abordados nesta pesquisa.

Partindo para a análise desses contextos, foram discutidas as particularidades e similaridades das estruturas de fogueira em relação ao seu posicionamento no espaço, como o fato de estarem no interior ou exterior das habitações ou em ambientes rurais ou urbanos. Constatou-se que, nas senzalas e no quilombo foram produzidas fogueiras tanto dentro das casas quanto em áreas adjacentes a elas, e todas parecem ter sido utilizadas recorrentemente pelas pessoas que coabitavam aqueles espaços. A análise do padrão distribucional do material ao redor das fogueiras evidenciou o caráter destas como centralizadoras de práticas cotidianas de diversas

naturezas e os hábitos de descarte das pessoas que as produziram. As fogueiras da cidade do Rio, por sua vez, estavam em locais públicos e parecem ter sido usadas esporadicamente por grupos menores e mais irregulares. Por estarem fora do âmbito doméstico, pode-se considerar que elas tenham sido utilizadas por escravizados durante seu tempo de trabalho.

Apesar de suas diferenças, esses contextos tinham um elemento em comum: a expressividade do domínio das práticas alimentares, evidenciada tanto pelos resíduos de alimentos de origem animal e vegetal quanto pelos fragmentos de peças relacionadas ao seu preparo e consumo. Tais práticas tinham um forte caráter comunal, vinculando-se a outras esferas do domínio da socialização. Esse era também o caso tanto das atividades de recreação coletivas, como jogos, quanto da transmissão e reprodução de saberes e técnicas relacionados à confecção de artefatos. As fogueiras também foram importantes no âmbito das práticas de caráter mágico e/ou religioso, que teriam como base crenças e cosmologias oriundas de diferentes culturas africanas; e não somente consistiriam em um meio para os membros dessas comunidades diaspóricas tentarem manipular suas circunstâncias como fundamentariam os mais diversos aspectos de suas vidas.

Essas fogueiras atuaram, portanto, como importantes núcleos de expressão cultural, posto que centralizavam práticas extremamente significativas do cotidiano dos grupos afro-diaspóricos. Isso, aliado à natureza primária do refugio produzido no âmbito dessas práticas, evidencia o caráter das estruturas de fogueira em contexto da diáspora africana como elementos com alto potencial interpretativo para a caracterização e compreensão das vivências da população escravizada que ocorriam fora do olhar das classes dominantes e que, portanto, foram escassamente documentadas nos registros históricos.

AGRADECIMENTOS

Ao Marcos André Torres de Souza e à Vanicléia Silva Santos, pelas críticas e sugestões a uma versão anterior deste trabalho. A Mario Alberto Cozzuol, Germán Arturo Bohórquez Mahecha, Rodrigo Parisi Dutra, Marcelo Greco e Geraldo Pereira de Moraes Júnior, pela ajuda na identificação do material ósseo da Fazenda do Colégio. À FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Agostini, C. (2013). Estrutura e liminaridade na paisagem cafeeira do século XIX. In: Agostini, C. (Org.) *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (p. 59-81). Rio de Janeiro: 7letras.
- Ahlman, T. M., Braly, B. R., & Schroedl, G. F. (2014). Stone artifacts and glass tools from enslaved African contexts on St. Kitts' Southeast Peninsula. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 3(1), 1-25. doi: <http://dx.doi.org/10.1179/2161944114Z.00000000011>
- Alden, D. (1996). *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond. 1540–1750*. Stanford: Stanford University Press.
- Barbosa, D., & Bulcão, S. (2016). Registro arqueológico da presença de africanos e seus descendentes no estado do Rio de Janeiro. In: Gaspar, M. D. (Org.) *Arqueologia nas ruas do Rio* (p. 10-14). Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio.
- Binford, L. R. (1978). Dimensional analysis of behavior and site structure: learning from an Eskimo hunting stand. *American Antiquity*, 43(3), 330-361.

- Bastin, M. L. (1974). O alto forno Lutengo. *Museu de Etnologia*, 3, 59–69.
- Childs, S. T., & Killick, D. (1993). Indigenous African metallurgy: nature and culture. *Annual Review of Anthropology*, 22, 317–337. doi: <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.22.100193.001533>
- Custodio, H., Molina, M., & Darrigran, G. (2015). La almeja mariposa o berbereco. *Revista Boletín Biológica*, 34, 51-52.
- Estermann, Carlos. (1983). *Etnografia de Angola (sudoeste e centro): coletânea de artigos dispersos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Fennel, C. (2003). Group identity, individual creativity, and symbolic generation in a BaKongo diaspora. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(1), 1-31. doi: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1023267019232>
- Ferguson, L. G. (1991). Struggling with pots in colonial South Carolina. In: McGuire, R. H., & Paynter, R. (Ed.) *The Archaeology of inequality* (p. 26-39). Oxford: Blackwell Publishing.
- Ferguson, L. G. (1992). *Uncommon ground: Archaeology and early African America, 1650-1800*. Washington e Londres: Smithsonian Institution Press.
- Gaspar, M. D. (2016a). Arqueologia urbana. In: Gaspar, M. D. (Org.), *Arqueologia nas ruas do Rio* (p. 1-4). Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio.
- Gaspar, M. D. (2016b). Tempo e Arqueologia. In: Gaspar, M. D. (Org.) *Arqueologia nas ruas do Rio* (p. 30-33). Rio de Janeiro: Artefato Arqueologia e Patrimônio.
- Goode, C. (2009). Gizzard Stones or Game Pieces? *African Diaspora Archaeology Newsletter*, 12(1), 1-23.
- Guglielmo, M. G. (2011). *As múltiplas facetas do vassalo "mais rico e poderoso do Brasil": Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goytacazes (1781-1813)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Lenharo, A. (1982). *Crise e mudança na frente oeste de Colonização*. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso/PROEDI.
- Lima, R. G. (2002). A fazenda Santa Clara – um feudo cafeeiro e escravagista. *Carta Mensal – Colégio Brasileiro de Genealogia*, 67, 66-67.
- Lima, T. A. (2016). A meeting place for urban slaves in eighteenth-century Rio de Janeiro. *Journal of African diaspora Archaeology and heritage*, 5(2), 102-146. doi: <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204792>
- Otto, J. S. (1980). Race and class on Antebellum Plantations. In: Schuyler, R. L. (Ed.) *Archaeological perspectives on ethnicity in America: Afro American and Asian American culture history* (p. 3-13). Nova York: Baywood Press.
- Machado, H. F. (1993). *Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba fluminense. 1860–1888*. Niterói: Cromos.
- McCosh, F. W. J. (1979). Traditional iron-working in Central Africa with some reference to the ritualistic and scientific aspects of the industry. *Zambesia*, 7(2), 155-170.
- Mesquita, J. (1931). Grandeza e decadência da Serra-Acima. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 28, 31-56.
- Panich, L. M., Lederer, E., Phillip, R., & Dylla, E. (2017). Heads or tails? Modified ceramic gaming pieces from colonial California. *International Journal Of Historical Archaeology*, 22(4), 746-770. doi: <https://doi.org/10.1007/s10761-017-0447-9>
- Pisoni, L. (2016). African-European archaeology: the material resistance and political struggle of the Rosarno African workers (Italy). In: Biagetti, S., & Lugli, F. (Org.) *The intangible elements of culture in ethnoarchaeological research* (p. 303-311). [S.l.]: Springer.

- Salles, R. (2008). *E o vale era o escravo: Vassouras – século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Samford, P. (1996). The archaeology of African-American slavery and material culture. *The William And Mary Quarterly*, 53(1), 87-114. doi: <https://doi.org/10.2307/2946825>
- Schiffer, M. B. (1972). Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37 (2), 156-165. doi: <https://doi.org/10.2307/278203>
- Schmidt, P. R. (1998). Reading gender in the ancient iron technology of Africa. In: Kent, S. (Ed.) *Gender in African Prehistory* (p. 139-162). Walnut Creek: Altamira Press.
- Siqueira, E. M. (2001). Resgate Histórico. In: Fraga, L. (Coord.) *Projeto de levantamento e resgate do patrimônio histórico-cultural da região da UHE-Manso. Relatório final de atividades*. Rio de Janeiro.
- Slenes, R. W. (2011[1999]). *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava* (2 ed.). Campinas: Editora Unicamp.
- Soares, M. S. (2009). *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos de Goitacases, c.1750- c.1830*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- Souza, M. A. T. (2011). A vida escrava portas adentro: uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. *Maracanan*, 7, 83-109. doi: <https://doi.org/10.12957/revmar.2011.12895>
- Souza, M. A. T. (2012). Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: Macedo, J., Andrade, R. O., & Terra, C. C. (Org.) *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais* (p. 34-59). Rio de Janeiro: Rio Books. doi: <https://doi.org/110.5216/hr.v20i2.33053>
- Souza, M. A. T. (2013). Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: Agostini, C. (Org.) *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado* (p. 11-36). Rio de Janeiro: 7letras.
- Souza, M. A. T. (2014). When all bases are flat: Central Africans and situated practices in the eighteenth-century Brazil. In: Funari, P. P. A., & Orser Jr., C. E. (Org.) *Current perspectives on the archaeology of African slavery in Latin America* (p. 77-97). Nova York: Springer. doi: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-1264-3_6
- Souza, M. A. T. (2016). Behind closed doors: space, experience, and materiality in the inner areas of Brazilian slave houses. *Journal of African diaspora Archaeology and heritage*, 5(2), 147-173. doi: <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204793>
- Striebel MacLean, J. (2015). *Sheltering colonialism: the Archaeology of a house, household, and white Creole masculinity at the 18th-century Little Bay Plantation, Montserrat, West Indies*. (Tese de doutorado). Boston University, Boston.
- Symanski, L. (2006). *Slaves and planters in Western Brazil: material culture, identity and power*. 343 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - University of Florida, Gainesville.
- Symanski, L. (2014). *Café com açúcar: arqueologia da escravidão em uma perspectiva comparativa no Sudeste rural escravista – séculos XVIII e XIX*. Relatório final encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. 164 p.
- Symanski, L.; Gomes, F. S. (2016). Iron cosmology, slavery, and social control: the materiality of rebellion in the coffee plantations of the Paraíba Valley, Southeastern Brazil. *Journal of African diaspora Archaeology and heritage*, v. 5, n. 2, p. 174-197, mai. doi: <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204794>.
- Symanski, L; Gomes, F. S.; Suguimatsu, I. C. (2015). Práticas de descarte de refugio em uma plantation escravista: o caso da fazenda do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 1, p. 93-122.

- Symanski, L; Morais Júnior, G. P. (2016). Alimentação, socialização e reprodução cultural na comunidade escravizada do Colégio dos Jesuítas de Campos dos Goytacazes (RJ). In: Soares, F. C. (org.). *Comida, cultura e sociedade: Arqueologia da alimentação no Mundo Moderno*. Recife: Editora Universitária UFPE. p. 95-112.
- Symanski, L; Osório, S. R. (1996). Artefatos reciclados em sítios arqueológicos de Porto Alegre. *Revista de Arqueologia*, v. 9, n. 1, p. 43-54, dez. 1996. doi: <https://doi.org/10.24885/sab.v9i1.107>.
- Symanski, L; Souza, M. A. T. (2006). A arqueologia histórica: relações sociais e a construção de identidades na região do rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: Machado, L; Fraga, L. (org.). *História e antropologia no vale do rio Manso*. Goiânia: Editora da UCG. p. 241-264.
- Wallman, D. (2014). Slave community foodways on a French colonial plantation: Zooarchaeology at Habitation Crève Coeur, Martinique. In: Kelly, K., & Bérard, B. (Ed.) *Bitasion: Lesser Antilles plantation Archaeology* (p. 45-6). Leiden: Sidestone Press Academic.
- Weeks, J. H. (1914). *Among the primitive Bakongo: a record of thirty years' close intercourse with the Bakongo and other tribes of equatorial Africa, with a description of their habits, customs & religious beliefs*. Londres: Seeley, Service & Co. Limited.
- Wilkie, L. A. (1995). Magic and empowerment on the plantation: an archaeological consideration of African-American world view. *Southeastern Archaeology*, 14(2), 136-157.
- Wilkie, L. A. (1996). Glass-knapping at a Louisiana plantation: African-American tools? *Historical Archaeology*, 30(4), 37-49.